



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

A Comissão Permanente de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente reuniu dia 11 de fevereiro de 2015 para analisar o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

As sugestões de alteração ao Projeto de Regulamento são:

No artigo 5º com a redação

"Artigo 5.º

Composição

1. Integram o Conselho:

- a) O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, que preside;*
- b) O Vereador com o Pelouro da Proteção Civil;*
- c) O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas;*
- d) Os Presidentes das Juntas de Freguesia;*
- e) Um representante do Ministério Público da Comarca;*
- f) O Comandante da Divisão da PSP de Loures/Odivelas;*
- g) O Comandante do Destacamento Territorial de Loures da GNR;*
- h) O Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil;*
- i) O Comandante do Corpo de Bombeiros de Caneças;*
- j) O Comandante do Corpo de Bombeiros de Odivelas;*
- k) O Comandante do Corpo de Bombeiros da Pontinha;*
- l) Um representante do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências;*
- m) Um representante do Serviço Local de Odivelas do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo;*

n) Um representante da Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas;

o) Um representante da Associação Empresarial da Região de Lisboa;

p) Quatro cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal de Odivelas;

q) Um representante de cada uma das centrais sindicais.

2. Os membros do Conselho podem ser temporariamente substituídos, nas suas ausências e impedimentos, ou substituídos definitivamente, por motivos devidamente justificados:

a) Os membros do Conselho podem ser substituídos definitivamente pelas entidades que os designaram, tomando posse posteriormente nos termos da lei.

b) Os membros do Conselho que representem entidades ou que tenham substituto legal podem fazer-se representar nas suas faltas ou impedimentos, desde que o façam nos termos da legislação aplicável e informem atempadamente o Presidente do Conselho.

3. O mandato dos membros do Conselho coincide com o mandato dos Órgãos Municipais.

4. Até à designação de novos membros do Conselho em resultado de processo eleitoral, mantém-se em funções o Conselho designado no mandato anterior.

5. Cada novo Conselho deverá ser designado até 90 dias após a tomada de posse do Órgão Deliberativo Municipal.”

Deverá alterar-se para a seguinte redação:

Artigo 5.º

Composição

1. Integram o Conselho:

a) O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, que preside;

b) O Vereador com o Pelouro da Proteção Civil;

c) O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas;

d) Os Presidentes das Juntas de Freguesia **ou Uniões de Freguesia;**

e) Um representante do Ministério Público da Comarca;

f) O Comandante da Divisão da PSP de Loures/Odivelas;

g) O Comandante do Destacamento Territorial de Loures da GNR;

h) O Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil;

i) **Os Comandantes dos Corpos de Bombeiros do Concelho de Odivelas;**

j) Um representante do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências;

- k) Um representante do Serviço Local de Odivelas do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo;
- l) Um representante da Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas;
- m) Um representante da Associação Empresarial da Região de Lisboa;
- n) Quatro cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal de Odivelas;
- o) Um representante de cada uma das centrais sindicais.

2. Os membros do Conselho podem ser temporariamente substituídos, nas suas ausências e impedimentos, ou substituídos definitivamente, por motivos devidamente justificados:

- a) Os membros do Conselho podem ser substituídos definitivamente pelas entidades que os designaram, tomando posse posteriormente nos termos da lei.
- b) Os membros do Conselho que representem entidades ou que tenham substituto legal podem fazer-se representar nas suas faltas ou impedimentos, desde que o façam nos termos da legislação aplicável e informem atempadamente o Presidente do Conselho.

3. O mandato dos membros do Conselho coincide com o mandato dos Órgãos Municipais.

4. Até à designação de novos membros do Conselho em resultado de processo eleitoral, mantém-se em funções o Conselho designado no mandato anterior.

5. Cada novo Conselho deverá ser designado até 90 dias após a tomada de posse do Órgão Deliberativo Municipal.

Artigo 6º com a redação

"Artigo 6.º

Presidência

1. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas.

2. Compete ao Presidente:

- a) Convocar as reuniões do Conselho;*
- b) Fixar a respetiva Ordem de Trabalhos;*
- c) Abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, podendo ainda suspendê-las ou encerrá-las antecipadamente, quando razões excecionais o justifiquem;*
- d) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelo regulamento ou por deliberação do Conselho, e*
- e) Assegurar a instalação do Conselho.*

3. *O Presidente é coadjuvado no exercício das suas funções por dois secretários, designados entre os membros do Conselho.*
4. *Compete aos Secretários conferir as presenças nas reuniões, verificar o quórum, organizar as inscrições para o uso da palavra, lavrar as atas, e assegurar o expediente.*
5. *Nas suas ausências e impedimentos, o Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, será substituído pelo Vereador a quem tenham sido delegadas as competências relativas à Proteção Civil.*
6. *Em caso de empate na votação, o Presidente tem “voto de qualidade”.*

Considera-se que alínea d) está incompleta.

Artigo 10º com a redação

“Artigo 10.º

Ordem de trabalhos

1. *Cada reunião terá uma Ordem de Trabalhos estabelecida pelo Presidente.*
2. *O Presidente deve incluir na ordem do dia, na medida do possível, os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam nas competências desta entidade e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de 10 dias sobre a data de convocação da reunião.*
3. *Podem ser sempre incluídos novos assuntos na ordem do dia desde que sejam aceites pelo mínimo de 2/3 dos membros que compõem o Conselho.*
4. *Em cada reunião ordinária haverá um período “antes da ordem do dia”, que não deverá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos da competência do Conselho, não incluídos na ordem do dia.”*

Deverá alterar-se para a seguinte redação:

Artigo 10.º

Ordem de trabalhos

1. Cada reunião terá uma Ordem de Trabalhos estabelecida pelo Presidente.
2. O Presidente deve incluir na ordem do dia, na medida do possível, os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam nas

competências desta entidade e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de 10 dias sobre a data de convocação da reunião.

3. Podem ser sempre incluídos novos assuntos na ordem do dia desde que sejam aceites pelo mínimo de 2/3 dos membros presentes na reunião.

4. Em cada reunião ordinária haverá um período “antes da ordem do dia”, que não deverá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos da competência do Conselho, não incluídos na ordem do dia.

As restantes alterações aprovadas no dia 27 de Outubro de 2014 em reunião de câmara, nomeadamente o nº 5 do artigo 6º e o nº 4 do artigo 15º parecem corretas.

Odivelas, 11 de Fevereiro de 2015

Luís Salmonete

Coordenador da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente

(Aprovado por unanimidade)